

Governo Roriz encobre déficit financeiro de R\$ 100 milhões

Deputados distritais do PT estiveram no Tribunal de Contas do DF, em 5 de setembro, e entregaram documento ao presidente Manoel de Andrade. Eles manifestaram preocupação sobre o Relatório Analítico e o Parecer das contas do governador Joaquim Roriz (PMDB) relativas a 2002,

que ainda não foram julgadas pelo tribunal. Pela primeira vez na história do DF, um governador está ameaçado de não ter a contabilidade de seu governo aprovada pelo TCDF. Em 2002, um déficit financeiro de mais de R\$ 100 milhões foi encoberto por maquiagens contábeis. Ilegalmente, Roriz

cancelou o pagamento de serviços e obras que já tinham sido executados, deixando para serem pagos em 2003. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governante não pode deixar para o ano seguinte pagamentos de dívidas que não possam ser quitados com os recursos em caixa. *Página 03*

Processos estão prontos para julgamento no TSE

O TSE pode julgar a qualquer momento uma das três ações que pedem a cassação do mandato do governador Joaquim Roriz e de sua vice, Maria Abadia. O processo de autoria do Ministério Público aguarda voto do ministro-relator antes de ser levado ao plenário do Tribunal. O ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro recomendou a cassação de Roriz e Abadia. A denúncia apresentada pelo MP à Justiça aponta crimes eleitorais, como abuso de poder econômico e uso de verbas públicas na campanha de 2002. *Página 03*



Protesto silencioso: estacionamentos pagos estão às moscas no centro de Brasília

GDF privatiza estacionamentos

A Bancada do PT reagiu contra o sistema rotativo pago criado pelo governo local. Os deputados movem ações na Justiça e representações junto ao Ministério Público para cancelar o *Vaga Fácil*. E apre-

sentaram projetos de lei na Câmara Legislativa para evitar que os motoristas sejam penalizados. O brasileiro faz também seu protesto: foge das vagas pagas e esvazia os estacionamentos. *Página 02*

Ação pode anular APA do Planalto Central

Importante instrumento contra a grilagem de terras, a área de proteção ambiental é alvo de ação movida por Roriz. Movimento colhe assinaturas em defesa da APA. *Página 02*

Revendas de gás de cozinha na mira da CPI

A Comissão que apura irregularidades no setor de combustíveis investiga as distribuidoras de gasolina, álcool e diesel e de gás de cozinha que atuam em Brasília. *Página 04*

Doenças laborais atormentam educadores

Os problemas de saúde que afetam profissionais de educação foram tema de audiência na Câmara Legislativa. Segundo o Sinpro, 44% da categoria está doente. *Página 04*



Ações contra *Vaga Fácil*

A Bancada do PT na Câmara Legislativa do DF reagiu contra os estacionamentos rotativos pagos criado pelo governo local. A distrital Erika Kokay foi a primeira a acionar a Justiça contra o *Vaga Fácil*, em meados de maio. Ela entrou com ação civil pública contra a privatização das vagas. Os deputados Chico Floresta e Chico Vigilante apresentaram projetos de lei para evitar que os motoristas sejam penalizados. O primeiro determina que 50% das vagas nos estacionamentos pagos devem ser gratuitas. A segunda proposta garante que o brasileiro não pagará em áreas públicas. No início deste semestre, Arlete Sampaio representou junto ao Ministério Público contra uma das cláusulas do contrato que isenta o GDF e a operadora de responsabilidades sobre danos causados aos veículos. Em setembro, Arlete apresentou ainda projeto que assegura o não pagamento pelo uso das vagas para idosos e deficientes. E Paulo Tadeu estuda medidas para cancelar, imediatamente, o contrato. Para a Bancada do PT, investir em estacionamentos pagos, para desestimular o uso de carros particulares nas áreas congestionadas da cidade, pressupõe-se excelência nos serviços de transporte. Contudo, não é o que se vê. Os usuários reclamam de veículos sujos, mal-conservados e das tarifas caras. O metrô não funciona em todos os horários e os veículos piratas invadiram a cidade. Além disso, a integração não saiu do papel.

Área de proteção está ameaçada

GOVERNADOR MOVE AÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PARA REVOGAR APA DO PLANALTO CENTRAL

O deputado Chico Floresta iniciou abaixo-assinado em defesa da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central. Criada em janeiro de 2002, a área de proteção ambiental é alvo de ação movida no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governador Joaquim Roriz (PMDB). Ele argumenta que a APA é uma intervenção disfarçada no DF.

Chico Floresta coletou cerca de 6,5 mil assinaturas, desde o início de agosto, em apoio à manutenção da APA. Quando completar 10 mil apoiadores, o abaixo-assinado será enviado ao presidente do STF, ministro

Maurício Corrêa, com o objetivo de sensibilizar o Supremo pela manutenção do espaço ambiental.

Para Floresta, a APA do Planalto Central representa uma das ferramentas mais importantes no controle da grilagem de terras no DF. Com a anulação do decreto presidencial, o GDF voltará a ter autonomia para conceder licenças ambientais para setores habitacionais situados dentro da APA. A competência desse serviço hoje é do Ibama.

Serviço: Informações sobre dias, horários e locais do abaixo-assinado pelo telefone 348-8120 ou dep.chico.floresta@cl.df.gov.br.

EXPEDIENTE

Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa do DF

Internet: www.ptcldf.org.br E-mail: ptcldf@ptcldf.org.br

Endereço: SAIN Parque Rural s/n - Asa Norte. CEP: 70086-900. Brasília-DF

Telefones: (61) 348-8810, 348-8812 e 348-8851 Fax: (61) 348-8811

Líder da Bancada: Chico Vigilante Coordenador de gabinete: Luís Roberto Vieira

Deputados: Arlete Sampaio, Chico Floresta, Chico Vigilante, Erika Kokay e Paulo Tadeu

Assessoria de imprensa: Marcello Xavier Estagiária: Alessandra Flach

Edição: Marcello Xavier Textos: Afonso Costa, Ana Luíza Costa, Alessandra Flach,

Marcello Xavier, Netto Costa, Romário Schettino, Tarciano Ricarto e Sheila

Messerschmidt Diagramação: Wellington Braga e Marcello Xavier Projeto gráfico:

Wellington Braga Colaboração: equipe de servidores da Liderança do PT na CLDF

NOSSA BANCADA



Deputada Arlete Sampaio

Gabinete 16

Tel.: 348-8160 / Fax: 348-8163

www.arletesampaio.net

E-mail: dep.arlete.sampaio@cl.df.gov.br



Deputado Chico Floresta

Gabinete 12

Tel.: 348-8120 / Fax: 348-8123

E-mail: dep.chico.floresta@cl.df.gov.br



Deputado Chico Vigilante

Gabinete 11

Tel.: 348-8110 / Fax: 348-8113

www.chicovigilante.com.br

E-mail: imprensa@chicovigilante.com.br



Deputada Erika Kokay

Gabinete 09

Tel.: 348-8090 / Fax: 348-8093

www.erikakokay.com.br

E-mail: dep.erika.kokay@cl.df.gov.br



Deputado Paulo Tadeu

Gabinete 02

Tel.: 348-8020 / Fax: 348-8023

www.paulotadeu.com.br

E-mail: paulotadeu@paulotadeu.com.br

Maquiagem nas contas de Roriz

Deputados distritais do PT estiveram no Tribunal de Contas do DF e entregaram documento ao presidente Manoel de Andrade manifestando preocupação sobre o Relatório Analítico e o Parecer das contas do governador Joaquim Roriz relativas a 2002.

Pela primeira vez na história do DF, um governador está ameaçado de não ter a contabilidade de seu governo aprovada pelo TCDF. Roriz está ameaçado de condenação em três questões contábeis e financeiras, sob a análise de conselheiros do Tribunal.

No ano passado, um déficit financeiro de mais de R\$ 100 milhões foi encober-

to por maquiagens contábeis. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governante não pode deixar para o ano seguinte pagamentos de dívidas que não possam ser quitados com os recursos em caixa. Ilegalmente, Roriz cancelou o pagamento de serviços e obras que já tinham sido executados, deixando para serem pagos em 2003.

Esse processo ainda não foi julgado graças a uma manobra dos conselheiros do TCDF em sessão, no início de setembro. Paulo César Ávila requereu vistas a pedido de seu colega, o relator Jorge Ulisses.

Outro ponto que ameaça a

aprovação das contas de Roriz é o descumprimento constitucional do percentual mínimo aplicado na área da saúde. Em sua defesa, Roriz alegou que recursos de saneamento básico e infra-estrutura deveriam ser somados nesse montante. No entanto, apenas em casos de epidemias, como cólera, as verbas gastas com saneamento poderiam ser caracterizadas como recursos à saúde.

R\$ 100
milhões é o
déficit do
GDF em
2002

TRT - O GDF é investigado ainda pela aplicação irregular de verbas no ICS que, segundo o Ministério Público Federal e do DF, ultrapassa R\$ 1 bilhão, desde o mandato anterior de Roriz. O rombo equivale a cinco vezes o escândalo da obra do TRT de São Paulo, que envolveu o juiz Nicolau dos Santos Neto e o senador cassado Luiz Estevão.

O próprio TCDF cancelou, recentemente, repasses de verbas do GDF ao ICS até que as denúncias sejam analisadas. Porém a corregedora do DF, Anadyr Mendonça Rodrigues, informou aos órgãos e secretarias do GDF que, por recorrer da decisão, os repasses estavam liberados. A Bancada do PT apresentou requerimento para que Anadyr explique sua postura à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa.

Contrato do Banco de Brasília sob suspeita

A deputada Erika Kokay convocou o presidente do BRB, Tarcísio Franklin de Moura, para que ele esclareça o contrato de R\$ 108 milhões de terceirização dos pontos de auto-atendimento do banco. Há suspeita de superfaturamento. Em outro requerimento, Erika pediu a lista dos corretores com os quais o BRB manteve negócios entre 2000 e 2003. O objetivo é avaliar a adequação dessas operações à realidade do mercado.

Audiência pública debate rádios comunitárias

O deputado Paulo Tadeu defendeu a formação de uma Frente Parlamentar em defesa das rádios comunitárias. Pela proposta, sugerida durante audiência pública, em 29 de agosto, um grupo de trabalho na Câmara Legislativa estudará e colocará em prática os pontos levantados no encontro. Segundo o Ministério das Comunicações, o número de concessões para rádios comunitárias (1.820) já superou o das FMs (1.796) no país.

Processos prontos no TSE

Ação movida pelo MP aguarda voto do ministro-relator, Carlos Velloso, para ir à votação em plenário

O TSE pode julgar a qualquer momento uma das três ações que pedem a cassação do mandato do governador Joaquim Roriz e de sua vice, Maria Abadia. O processo de autoria do Ministério Público aguarda voto do ministro-relator, Carlos Velloso, antes de ser levado ao plenário do Tribunal. O ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro recomendou em parecer a cassação de Roriz e Abadia.

A denúncia apresentada pelo MP à Justiça aponta crimes eleitorais, como abuso de poder econômico e uso de verbas públicas na campanha de 2002. Para Brindeiro, houve "benefício concreto" de Roriz e Abadia em prejuízo dos demais candidatos.

O MP descobriu que a Codeplan repassava dinheiro para o ICS, que desviava os recursos, por meio da Adler e da Linknet, para a campanha de Roriz e Abadia. Com a cassação dos mandatos, existe a possibilidade de Geraldo Magela (PT) assumir em 48h, ou uma nova eleição em 90 dias.

Proposta regulamenta condomínios

A deputada Arlete Sampaio apresentou em setembro projeto de lei que disciplina a alienação e a concessão de direito real de uso de terra pública para fins residenciais no DF. Ela sustenta em sua justificativa que a proliferação de ocupações irregulares é reflexo da falta de políticas habitacionais. Além disso, o GDF não apresentou uma solução que satisfaça os moradores dos condomínios e esteja amparada em lei.



Petistas têm projetos de lei aprovados

Paulo Tadeu teve os PLs 1.082/00 (que declara a Associação Cata-Ventos como entidade de utilidade pública) e 1.620/00 (que obriga a instalação de sinais sonoros nos semáforos) aprovados em 28 de agosto. Na mesma sessão, Arlete Sampaio teve aprovado o PL 83/03 que trata do descarte de pilhas e baterias. Já o PL 1.320/00, de autoria de Chico Floresta, cria o programa de saúde vocal para professores da rede pública.

Ações para reduzir déficit habitacional

Encontro de Habitação discutiu a falta de moradias, apontada como o terceiro maior problema do país, depois da violência e do desemprego. Promovido pelo deputado Chico Floresta, o evento reuniu especialistas na área em 27 e 28 de agosto. Eles propuseram ações para reduzir o déficit de casas: 5 milhões de famílias não têm onde morar e outras 7 milhões vivem em locais inadequados. E a população de sem-tetos cresce 2% ao ano.

Tratamentos de saúde garantidos na Justiça

A assessoria jurídica do deputado Chico Vigilante garantiu na Justiça mais um tratamento para paciente portadora de câncer. O TJDF concedeu liminar, em 3 de setembro, ordenando que a Secretaria de Saúde trate Brasilina Barbosa, 53 anos. Em maio deste ano, Maria Assunção Oliveira, também portadora de câncer, foi beneficiada com outra liminar. Em agosto, o desembargador Edson Smaniotto concedeu liminar à dona de casa Dulce Maria Lopes Gonçalves.

CPI investiga revendas de gás

As investigações da CPI dos Combustíveis ajudaram a Polícia Civil a desvendar esquema de adulteração de gasolina no DF. Agentes de duas delegacias especializadas prenderam, no final de agosto, uma quadrilha que adulterava 150 mil litros por semana. A fraude acontecia no SIA, próximo à base da Petrobrás, desde 2001. Os detalhes da operação foram apresentados durante reunião da CPI, em 29 de agosto.

Em nova fase de investigações, os distritais apuraram irregularidades cometidas por distribuidoras de gasolina, álcool e diesel e por revendas de gás de cozinha em Brasília.

No caso das distribuidoras de combustíveis, descobriu-se que franqueados de multinacionais são apenas "laranjas". A empresa dita o preço, estabelece o custo de manutenção do posto e fixa o salário do empresário. "A franquia é uma forma de burlar a lei", afirma Chico Vigilante, relator da CPI.

As irregularidades na revenda do gás de cozinha no DF chamaram a atenção da CPI após depoimento do presidente do Sindvargas, Henrique Thomsen, no início de agosto.

Os deputados investigam os motivos dos altos preços aplicados e da grande margem de lucro com a venda do GLP. As empresas compram o botijão por R\$ 11 e o revendem ao consumidor, em média, por R\$ 36.

LUCRO - Em julho, os deputados estiveram em Maracanaú (CE) e apuraram que os prejuízos aos cofres do DF causados pela Garra Distribuidora, que mantinha filial fantasma em Planaltina (DF), podem chegar a R\$ 100 milhões até o final do ano.

Em Senador Canedo (GO), em agosto, a CPI comprovou a alta margem de lucro de postos do DF. Por meio de notas fiscais, em poder da Delegacia do Consumidor, descobriu-se que empresários têm até 100% de lucro.

Quadrilha adulterava 150 mil litros de gasolina por semana

Quase metade dos trabalhadores em educação estão doentes

As deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay promoveram audiência pública, em 18 de agosto, para discutir a saúde dos trabalhadores em educação. Os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT/LER), bursite, estresse e falta de voz são alguns dos problemas que atingem a categoria.

Com a participação de representantes da Secretaria de Educação, Universidade de Brasília e dos sindicatos dos Professores e dos Trabalhadores em Administração Escolar, além de parlamentares, a audiência reuniu dados importantes. O diretor do Sinpro, Washington Dourado, explicou que o adoecimento atinge quase 20 mil profissionais atualmente (44%).

Segundo Arlete, os profissionais de educação sofrem com carga horária excessiva, grande número de alunos por sala de aula, salários baixos e falta de equipamentos pedagógicos. Erika Kokay ressaltou que os responsáveis pela educação no DF devem agir juntos para que o trabalho de ensinar crianças e adolescentes seja prazeroso e digno.

As parlamentares defenderam propostas para solucionar os constantes problemas de saúde. Para elas, o grande número de educadores doentes demonstra que o sistema de organização da educação do DF não valoriza a profissão, impedindo que esses profissionais sejam felizes na sua relação com o trabalho.

20 mil professores sofrem com estresse e falta de voz